



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS

Jeferson Ferreira de Moraes

Inclusão da Libras no contexto escolar do município de Felipe Guerra-RN: relatos de
professores da educação básica

CARAÚBAS/RN

2023

Jeferson Ferreira de Moraes

Inclusão da Libras no contexto escolar do município de Felipe Guerra-RN: relatos de professores da educação básica

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Libras.

Orientadora: Profa. Ma. Jessica Girlaine
Guimarães Leal

CARAÚBAS/RN

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

MM828 Morais, Jeferson Ferreira de Morais .
i A Inclusão da LIBRAS no Contexto Escolar no
 Município de Felipe Guerra - RN: Relatos de
 Professores da Educação Básica s / Jeferson
 Ferreira de Morais Morais. - 2023.
 47 f. : il.

 Orientadora: Jessica Gírlaine Guimarães Leal.
 Monografia (graduação) - Universidade Federal
 Rural do Semi-árido, Curso de Letras/Libras,
 2023.

 1. Educação. 2. Libras. 3. Inclusão. 4. Surdos.
 5. Formação. I. Gírlaine Guimarães Leal, Jessica
 , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a).
Biblioteca Campus Caraúbas
Bibliotecária: Dalvanira Brito Rodrigues
CRB: 15/700

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Jeferson Ferreira de Moraes

Inclusão da Libras no contexto escolar do município de Felipe Guerra-RN: relatos de professores da educação básica

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Libras.

Aprovada em: 05 / 10 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

JESSICA GIRLAINE GUIMARAES LEAL

Data: 16/10/2023 20:03:05-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Ma. Jéssica Girlaine Guimarães Leal
Orientadora – UFERSA



Documento assinado digitalmente

ISAACK SAYMON ALVES FEITOZA SILVA

Data: 06/10/2023 16:52:59-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^ª. Me. Isaack Saymon Alves Feitoza Silva.
Membro Examinador – UFRN



Documento assinado digitalmente

JERLAN PEREIRA BATISTA

Data: 05/10/2023 20:42:12-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Me. Jerlan Pereira Batista
Membro Examinador – UFSC

Dedico este trabalho à minha **Família**, por eles, depusitei todo meu esforço, vocês são a minha base.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois é Ele quem guia meus passos e me dá forças para seguir.

Aos meus pais, Antônio Luiz de Moraes e Maurivania de Gois Ferreira, que são o meu alicerce e é por eles que eu luto todos os dias.

Ao meu namorado, André Alisson Leite, que sempre esteve do meu lado desde o início dessa jornada.

À minha orientadora, Jessica Girlaine Guimarães Leal, por todo apoio e compreensão, por sempre estar presente quando precisei de orientações e, principalmente, pela paciência.

Agradeço à Banca Examinadora, por tirar um pouco do seu tempo para avaliar o meu trabalho de conclusão de curso.

Aos meus amigos de turma: Márcia Vitória, Érika Moraes, João Pedro, Paula Gleide, Paula Santos, Fabrina Tawane e Jackeline Menezes, Adryana Fernandes, Maria Mariana. Vocês contribuíram bastante, ajudando-me não só na minha pesquisa, mas, durante toda a graduação. Obrigado!

Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês', diz o Senhor, 'planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro.

Jeremias 29:11

RESUMO

A educação de surdos tem sido uma tarefa árdua nas escolas regulares do nosso país, pois os profissionais da educação enfrentam inúmeros desafios das mais diversas ordens ao receberem esses alunos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo investigar como vem sendo tratada a inclusão das pessoas surdas na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra, situada no interior Potiguar. Para isso, ancoramos o presente estudo nos seguintes teóricos: Campello (2012), Levy; Carvalho (1999), Moura (2000), Streiechen (2017, 2019) e Quadros (1997). A metodologia tem caráter qualitativo, bibliográfico, e ainda se utiliza da pesquisa de campo, realizada através de um questionário direcionado a seis profissionais da educação. O trabalho evidenciou a dificuldade dos professores ao lecionarem para alunos surdos, por falta de formação continuada e conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Palavras-chave: Educação. Libras. Inclusão. Surdos. Formação.

ABSTRACT

The education of deaf people has been an arduous task in our country's regular schools, as education professionals face many different challenges when they receive deaf students. This work objective was to investigate how the inclusion of deaf people has been taking place at the Estadual Antônio Francisco School in the municipality of Felipe Guerra, located in the interior of the state of Potiguar. To this end, we have anchored this study in the following theorists: Campello (2012), Levy; Carvalho (1999), Moura (2000), Streiechen (2017, 2019) and Quadros (1997). The methodology is qualitative, bibliographic and field research, carried out through a questionnaire addressed to six education professionals. The work highlighted the difficulties teachers face when teaching deaf students, due to a lack of continuing training and knowledge of the Brazilian Sign Language (LIBRAS).

Keywords: Education; Libras; Inclusion; Deaf; Formation.

RESUMO EM LIBRAS



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escola Estadual Antônio Francisco...	25
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo dos Participantes.....	34
Gráfico 2: Faixa Etária e Tempo de Experiência.....	35
Gráfico 3: Conhecimentos dos Participantes Sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro de entrevista com professores...	26
Quadro 2: Dados dos sujeitos da pesquisa...	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INES	Instituto Nacional de educação de Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MA	Mestra
OMS	Organização Mundial da Saúde
PROLIBRAS	Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais
RN	Rio Grande do Norte
TILPS	Tradutor Intérprete
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 A educação de surdos: ontem e hoje	19
2.2 Educação de surdos na educação básica.....	22
3 PERCURSO METODOLÓGICO	26
3.1 Tipo de pesquisa.....	26
3.2 Lócus da pesquisa.....	27
3.3 Instrumento de coleta	27
3.4 Sujeitos da pesquisa	28
4 ANÁLISE DOS DADOS	30
4.1 Entrevistas	30
4.1.1 Entrevistado H1	30
4.1.2 Entrevistado H2.....	31
4.1.3 Entrevistado H3.....	32
4.1.4 Entrevistado H4.....	33
4.1.5 Entrevistado H5.....	34
4.1.6 Entrevistado H6.....	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES.....	45

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 5% da população é surda, e parte dela usa a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como auxílio para comunicação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), esse número representa 10 milhões de pessoas, sendo que 2,7 milhões não ouvem nada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, até 2050, 900 milhões de pessoas podem desenvolver surdez no mundo. (OMS, 2022).

No que se refere aos surdos brasileiros, grande parte deles fazem uso da Libras. A Libras é uma língua de modalidade gestual-visual, reproduzida através de gestos, expressões faciais e corporais, possuindo um alfabeto e estrutura linguística e gramatical próprias.

Quando o assunto é educação, a população surda se enquadra em porcentagens muito baixas de formação. Segundo estudo feito pelo Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda em 2019, cerca de 7% dos surdos brasileiros têm ensino superior completo; 15% frequentaram a escola até o ensino médio; 46% até o fundamental; enquanto 32% não têm um grau de instrução.

Apesar de a Libras já ser reconhecida no país há duas décadas, no Rio Grande do Norte, especificamente no interior, a sua chegada é recente. A LIBRAS veio se institucionalizar com a chegada do curso de Licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, em 2014, quando o curso abriu suas portas. Muito embora a Libras seja uma língua reconhecida no país, ainda observamos, no interior, a falta de acessibilidade e desconhecimento sobre a Libras e as atividades do docente de Libras.

No que tange à acessibilidade, recursos, e várias outras formas de se incluir alunos surdos no meio educacional, temos um avanço bem significativo, especialmente nas instituições de ensino superior; a chegada dessas universidades trouxe mais visibilidade a essa área. Antes, a língua de sinais era pouco conhecida; hoje, com a chegada do curso, muitas pessoas têm a oportunidade de conhecer, e pessoas surdas também têm oportunidade de se incluir na sociedade.

É importante ressaltar que, com o surgimento do curso de Letras Libras na região, a inclusão está sendo mais debatida em pequenas cidades, pois muitos alunos surdos puderam ingressar no curso. Outrossim, as escolas estão sendo auxiliadas com cursos de extensão, oficinas e estagiários, no que tudo isso se faz necessário para uma educação dinâmica e inclusiva. Contudo, em escolas de nível fundamental e médio, pode-se dizer que a realidade ainda é adversa, principalmente em interiores, onde se percebe que, ainda que estejam em

busca de melhorias para garantir um futuro, pela ausência de oportunidades oferecidas pela sociedade, principalmente, sobre acessibilidade, alguns indivíduos encontram inúmeras dificuldades para dar continuidade aos seus estudos. Com isso, muitas vezes, ficam desestimulados e até desistem por não se sentirem acolhidos e não terem uma educação de qualidade, como é direito.

Como exemplo claro dessa realidade, temos a cidade de Felipe Guerra/RN, onde existem inúmeros casos de evasão nas escolas, e várias pessoas surdas que não chegam nem a se matricular por se sentirem incapazes; pressupõem que não é possível estudar. Nesse sentido, entendemos que é de extrema relevância que a disciplina de Libras seja inserida nas escolas como matéria obrigatória, e que as crianças possam adquirir a Língua Brasileira de Sinais como primeira ou segunda língua, a fim de promover a inclusão dos alunos surdos não apenas nas escolas, mas na sociedade.

A legislação traz algumas considerações sobre a obrigatoriedade de inserção da Libras nos cursos de formação de nível superior. A Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, discorre sobre em seu Art. 4º:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002).

Embora exista uma legislação de apoio à educação das pessoas surdas, observamos que a prática se distancia do esperado. Por isso, ainda lutamos pelo direito de inclusão, para que esse conceito saia do papel e se torne realidade. A inclusão é uma pauta bastante debatida na sociedade, porém, ainda percebemos que as escolas estão distantes de uma realidade verdadeiramente inclusiva. É notório a falta de estrutura das escolas ao receber um aluno surdo, e aqui, no município de Felipe Guerra RN, a realidade ainda é bem complexa.

É intuído que a inclusão se faz necessária em qualquer ambiente, para que este possa ser frequentado por qualquer cidadão, principalmente nas escolas. Com relação aos alunos surdos, percebemos a ausência de recursos para melhor acolher os surdos; existe escassez de intérpretes em sala de aula, de professores especializados na área e, também, a falta de materiais didáticos que auxiliem na trajetória de aprendizado desses alunos é recorrente. Isso é o mínimo para que se tenha uma educação de qualidade, mas, sabemos que as escolas ainda estão distantes de implementar a legislação.

Na Escola Estadual Antônio Francisco, instituição onde o pesquisador e idealizador desse estudo atua como bolsista, há dois alunos surdos que, até então, só contavam com a ajuda de uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, por sinal, é a única na escola. Essa professora recebe todas as demandas de alunos com deficiência e, embora tenha formação e dedicação, existem algumas deficiências que fogem à sua área de formação. Assim, partindo de uma realidade vivenciada, esse trabalho se justifica pela extrema contribuição social, profissional e acadêmica que pode prover. Ao mesmo tempo, debruça seu olhar sobre grupos minoritários, excluídos e marginalizados socialmente, para atender às necessidades e expectativas desses grupos de forma integral e satisfatória.

Ante o exposto, o objetivo geral do estudo é investigar como vem sendo tratada a inclusão das pessoas surdas na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra/RN. Para realização da presente pesquisa, alguns objetivos específicos foram definidos, a saber: a) Analisar a contribuição do ensino de Libras básico na escola; b) Promover a autorreflexão dos estudantes sobre os alunos com Surdez; c) Reafirmar a importância de incluir a LIBRAS nas atividades extra curriculares das escolas;

Com isso, almejamos responder às seguintes questões: Quais as dificuldades dos professores dos alunos surdos? Existem recursos tecnológicos e humanos para promoção da inclusão? Essas questões permitiram a compreensão da realidade dos sujeitos surdos felpenses inseridos na rede regular de ensino. Mais adiante, detalharemos as etapas percorridas e os resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A educação de surdos: ontem e hoje

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, utilizada na comunidade surda, é uma língua de modalidade gestual-visual que é expressa através da combinação de sinais e expressões faciais. A LIBRAS chegou ao Brasil no século XIX e hoje é considerada a língua natural da comunidade surda, reconhecida no país desde 2002 (BRASIL, 2002).

Em tempos antigos, os surdos eram vistos pelas pessoas de forma negativa e, devido à deficiência, não recebiam instrução, eram excluídos de conhecimentos, e muitos deles eram mortos. Inclusive, havia a crença de que pessoas que não falavam também não pensavam. Entre os romanos, direitos legais de pessoas surdas eram retirados, como por exemplo, recebimento de bens familiares e, até mesmo, de matrimônio, eram proibidos. Tudo isso era fruto da concepção de anormalidade e, inclusive, na crença de que não poderiam ter a salvação de Deus após a morte, pois não podiam professar a fé por meio da oralidade (STREIECHEN, 2019).

Já no Egito e na Pérsia, a visão de surdez era diferente. Os surdos eram venerados e adorados, pois se acreditava que eles eram enviados dos deuses e podiam levar as preces a eles, que seriam atendidas. Mas, os surdos não podiam ter direitos, tais como educação, e tinham uma vida inativa. No final da idade média e início da idade moderna, começam a aparecer os primeiros educadores de surdos. Na época, as crianças e filhos surdos de famílias ricas não podiam ficar com a herança, então, essas famílias começaram a se preocupar em educar seus filhos para que eles pudessem receber seus direitos, e os surdos pobres serviam de mão de obra barata (STREIECHEN, 2019).

Essas famílias ricas traziam professores surdos às suas casas para ensinar seus filhos surdos, no que esses professores não tinham uma única metodologia; usavam todas as possíveis, desde oralidade, gestos, mímica, e a própria língua de sinais, embora naquela época esta não fosse reconhecida como língua. Entre alguns desses educadores de surdos, podem ser citados: Cardoso; Pedro Ponce de Leon; Juan Pablo Bonet; Charles Michel de L' Epée; entre outros, salientando que, nessa época, essa educação só se era voltada para os filhos de pessoas ricas (STREIECHEN, 2019).

Na Idade contemporânea, pesquisas científicas com objetivo de compreender a surdez de modo a "devolver a audição" aos surdos. Sem o privilégio de ter uma boa educação, os surdos abandonados eram usados como cobaias de experimentos, com objetivo de devolver a audição a essas pessoas. Eles eram brutalmente torturados com o uso de sanguessugas,

perfurações no crânio e diversas outras atrocidades, de modo que, com todo esse sofrimento, acabavam adquirindo infecções graves que resultavam em suas mortes. (MOURA, 2000, p. 194)

Um pouco mais à frente, em 1880, acontece o Congresso Internacional de Educação de Surdos (Congresso de Milão), tendo como objetivo abolir a língua de sinais e inserir a oralização. Nessa época, o desenvolvimento que, até então, vinha-se tendo na área de pesquisas cessou um pouco, pois foi definido que a metodologia oralista era a melhor forma de educar os surdos, por se intuir que a minoria era que teria que aprender a língua majoritária, ou seja, a língua dos ouvintes.

O congresso de Milão aconteceu na Itália, de 6 a 11 de setembro de 1880, reunindo 27 países. Esses países fizeram uma votação em 8 resoluções, que giravam em torno da extinção da língua de sinais em defesa da metodologia italiana. O Brasil não esteve presente, mas o que foi decidido no congresso acabou sendo acatado por esse país.

O resultado desse evento foi o oralismo como metodologia de ensino para pessoas surdas, assim como a proibição da língua de sinais. Com isso, surgiram indústrias que fabricavam próteses auditivas e, com a evolução do capitalismo, esse mercado foi aumentando e os donos dessas indústrias se disponibilizaram até a visitar as casas de pessoas surdas, oferecendo produtos melhores e com mais tecnologias, juntamente com os fonoaudiólogos, que eram superlotados a fim de adquirir esse método de oralização. (LEAL, 2020)

Para Quadros (1997, p. 21) "[...] a proposta oralista fundamenta-se na ‘recuperação’ da pessoa surda, chamada de deficiente auditiva. O oralismo enfatiza a língua oral em termos terapêuticos". A partir disso, as escolas que tinham metodologias de ensino usando a língua de sinais tiveram que exonerar os professores surdos, pois esses professores não poderiam ensinar os alunos a oralizar. “O uso da língua de sinais foi proibido nas escolas, dando início, assim, a uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o direito linguístico por meio da sua língua natural, a língua de sinais” (STREIECHEN, 2017, p. 21). Com esse atraso, o maior impacto que a comunidade surda sentiu foi a estagnação na educação dos surdos que, por um século, ficaram à mercê de metodologias ineficazes.

Com o passar dos anos, os educadores perceberam que a metodologia de oralismo não estava dando certo, pelo fato de os alunos surdos terminarem a escola sem saber falar, ler e escrever, levando, assim, a uma retomada na reflexão quanto ao método de ensino. Nessa retomada das discussões, surge a Comunicação Total, abordagem de ensino que permitia o uso da língua de sinais e outras formas de comunicação, como gestos, mímicas e outras

técnicas, no que, inicialmente, essa filosofia considerava dar ao surdo "[...] todas e quaisquer possibilidades de comunicação, ou seja, o surdo pode utilizar-se da leitura orofacial, fala, gestos, sinais, a leitura e escrita e amplificação sonora adequada" (LEVY; CARVALHO 1999).

Essa comunicação total resultou no bimodalismo, que é o uso de duas línguas ao mesmo tempo, que gera um certo problema ao surdo, pelo fato de as duas línguas terem uma ordem sintática diferente, e isso confunde a compreensão do surdo. A partir dessas falhas na tentativa de educar o surdo, surge a metodologia bilíngue, que seria trabalhar a língua de sinais e a língua escrita, isto é, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no caso do Brasil, e o português escrito, deixando a oralidade de lado.

Sobre isso, Quadros (1997) afirma:

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com a pessoa que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito (QUADROS, 1997, p. 27).

Arelado a essa abordagem de ensino, temos a Pedagogia Surda, que requer a presença de um professor surdo. Isso se torna muito importante, pois, além de ser inclusivo, o professor surdo vai passar sua cultura, e o aluno vai ter um professor que tem experiência nessa área, desenvolvendo naturalmente essa cultura e sua identidade surda. (STREIECHEN, 2019).

Assim como pessoas ouvintes adquirem o português como sua língua materna de forma natural, pessoas surdas podem adquirir a Libras como sua língua de forma espontânea. A oralização seria algo opcional, uma vez que não seria algo natural devido à falta de audição, requerendo parte terapêutica. Entendemos que é direito da criança surda ter o contato com uma língua que pode facilitar o convívio na sociedade.

Os surdos, quando ingressam nas escolas, podem passar por diversas dificuldades. Muitas vezes, percorrem o ensino fundamental e médio sem conhecimentos básicos dessas fases da educação. Sobre isso, Quadros (1997) pontua: “nas escolas brasileiras, é comum terem surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série” (QUADROS, 1997, p. 23).

Com relação a isso, é notória a dificuldade que um aluno surdo passa em sua trajetória escolar, assim como o atraso no seu aprendizado, por falta de uma metodologia eficiente e que contemple suas necessidades. Dessa forma, sabemos que a educação da pessoa surda passou e ainda passa por muitos obstáculos; existe uma grande necessidade de uma educação mais

inclusiva, que dê direito não só às pessoas surdas. No intuito de oportunizar uma educação mais inclusiva, temos algumas legislações que buscam trazer maior segurança para esse grupo historicamente excluído.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

O direito da pessoa com deficiência é garantido pelo estado, assim como é dever da família acompanhar e assegurar que esses alunos tenham uma boa educação. Diante de todos os direitos previstos, faz-se mister mobilizar reflexões com vistas a mudanças comportamentais e atitudinais, para que haja empatia, educação igualitária, bem como engajamento dos próprios sujeitos e seus familiares na busca contínua para melhoria da educação pública, gratuita e de qualidade.

2.2 Educação de surdos na educação básica

A educação de surdos é um assunto pouco discutido na sociedade, ainda que haja leis que deem direito à pessoa surda de ser incluída no âmbito escolar e na sociedade; a falta de informação sobre a educação de surdos é preocupante na população brasileira. Em 2017, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi ‘Desafios para formação educacional de Surdos’, e um número extraordinário de pessoas fez essa prova, no que grande parte dos alunos zeraram a redação. Apenas 53 pessoas conseguiram atingir a nota máxima, diminuindo o número do ano anterior, que foi de 77 candidatos (G1, 2018).

Isso demonstra que esse assunto é algo que a sociedade tem pouco conhecimento, mas é uma temática que é bastante importante de ser discutida. Nesse sentido, entendemos que a inclusão vai muito além do que inserção em sala, mas, sim, fazer com que esse aluno possa fazer parte, isto é, ser incluído nesse universo educacional que pode lhe proporcionar um futuro promissor.

Todo ano, crianças surdas são matriculadas nas escolas para que possam aprender, mas alguns desses alunos são colocados em salas de aula apenas para cumprir com as legislações, que dão o direito a elas de serem incluídas nas instituições de ensino. Contudo, muitas vezes, as escolas não atendem às necessidades que elas precisam. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assegura que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

Esse dispositivo visa a garantia de uma educação inclusiva a todas as pessoas desde seus primeiros anos, promovendo serviços e recursos que facilitem a educação desses alunos, com auxílio de projetos pedagógicos que atendam às suas necessidades, facilitando a compreensão na sua trajetória. Apesar de todos os dissabores envolvidos na educação de surdos no país, temos, também, um conjunto de conquistas que vem marcando a trajetória, corroborando, assim, para que o cenário nacional paulatinamente vá se modificando.

Os principais marcos na educação de surdos no país têm origem em 1857, com a abertura do ‘Imperial Instituto dos Surdos-Mudos’, posteriormente chamado de ‘Instituto Nacional de Educação dos Surdos’ – INES. Uma das maiores referências de escolas bilíngues que temos no Brasil, possui a língua brasileira de sinais – LIBRAS como principal forma de comunicação. Já em 2002, a Lei 10.436 oficializa a língua de sinais como meio legal de comunicação dos surdos brasileiros. Desde então, vem trazendo mais visibilidade para a comunidade surda. Em 2005, o Decreto federal nº 5.626 traz consigo a implementação da disciplina de libras como disciplina obrigatória na formação de professores (BRASIL, 2005).

O decreto foi criado para que professores pudessem atender às particularidades de cada aluno, sendo assim, quando houver um surdo em sua aula, ele estará preparado para apresentar e desenvolver conteúdos para esse aluno. Em 2006, inicia-se o primeiro Curso de

Graduação em Letras Libras em grau de Licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e, em 2008, o primeiro Curso de Graduação em Letras Libras em grau de Bacharelado, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (QUADROS, 2009).

Os cursos trazem, por meio legal, a formação de professores e intérpretes, que atuam como profissionais nas salas de aulas, tanto nos níveis básicos quanto nos níveis médios e superiores. Atualmente, os cursos continuam formando profissionais na área, fazendo a diferença na vida de jovens e adultos da comunidade surda.

Outros marcos são destacados a seguir, assim como seus respectivos anos de instituição:

- 2006 – Instituído o ProLibras – Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa. A prova era uma forma de comprovar o grau de fluência, avaliado na capacidade de se comunicar em determinada língua. Hoje, o ProLibras não acontece mais, pois ele foi criado já com um prazo de término em 2015, tendo sido substituído pelos cursos de ensino superior, o curso Letras Libras e especializações.
- 2006 – Tradução de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para Libras em vídeo provas. A prova é disponibilizada para que pessoas surdas ou com deficiências auditivas realizem o ENEM de forma acessível, garantindo um futuro melhor por meio da educação.
- 2010 – Lei 12.319, que regulamenta a profissão de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Dispõe que o TILPS tem total competência para interpretar duas línguas de maneira simultânea, com proficiência em tradução e interpretação da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. As atribuições do TILPS, no exercício de suas competências, são várias. Uma delas é efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdas, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa.

Outra atribuição é interpretar, em Língua Brasileira de Sinais-Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. Também, o profissional deve atuar nos processos seletivos para cursos na

instituição de ensino e nos concursos públicos. Outro ponto importante destacado na Lei referida é que o TILPS deve exercer sua profissão zelando por valores éticos, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.

Mais recentemente, em 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.191, que insere a educação bilíngue de surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases. A educação bilíngue será aplicada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em instituições de educação bilíngue de surdos. O público-alvo será de alunos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com deficiências.

Todos esses dispositivos foram criados para assegurar a formação de profissionais que sejam a ponte de comunicação entre surdos e ouvintes, buscando sempre o caminho da inclusão. As políticas públicas são instituídas para preservar o direito dos surdos enquanto minoria linguística, cidadãos brasileiros, e usufruir de uma educação que respeite suas singularidades.

A comunidade surda tem políticas públicas que devem garantir a inclusão da pessoa surda, mas, trazendo para a realidade, essa inclusão ainda possui algumas lacunas. Muitas escolas recebem alunos surdos, mas não há competência suficiente para inserir esses educandos; em grande parte dessas instituições, falta professores e profissionais especializados que usem de suas metodologias para atender às particularidades de cada um desses indivíduo. Nessa tessitura, “[...] quando são negados os direitos linguísticos de crianças e jovens surdos, retirando-lhes classes e escolas que se constituem condição de aquisição e desenvolvimento de sua língua, também lhes são retirados, tão simplesmente, o acesso ao sistema de educação geral” (CAMPELLO *et al.*, 2012, p.04).

Pode-se perceber que, ao longo dos anos, o sujeito surdo vem conquistando seu lugar de direito na sociedade, ainda que a evolução da comunidade a caminho da inclusão seja dada a passos curtos. Espera-se que, para as próximas décadas, o sistema educacional continue contribuindo para melhorias da educação inclusiva; que as escolas sejam ambientes acolhedores para todos os indivíduos, independente de suas condições especiais. Também, que se invista em formação continuada docente, para que melhores metodologias e estratégias sejam inseridas de forma mais inclusiva dentro da sala de aula e, essencialmente, que todos e todas apoiem essa causa, a fim de que, futuramente, possamos ter uma sociedade mais igualitária.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa tem o objetivo de investigar como vem sendo tratada a inclusão das pessoas surdas na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra/RN, a fim de tentar promover a inclusão do ensino da LIBRAS básico nas escolas. Para tanto, essa sessão busca explicar qual o percurso metodológico que foi definido para a realização dessa investigação.

3.1 Tipo de pesquisa

O estudo em questão adota como principal caminho para sua realização a abordagem qualitativa, pois essa atende aos pressupostos metodológicos da pesquisa, utilizando-se, também, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, que, juntas, compreendem dois processos que também foram utilizados no caminho para a investigação. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa pode ser definida como aquela que responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto é, trabalha com o universo de significados.

Os fundamentos da pesquisa qualitativa nas ciências sociais são os próprios princípios clássicos utilizados nas ciências da natureza. Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa de campo, de acordo com Gil (2008), é aquela que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Desta feita, a pesquisa e a coleta de dados foram realizadas na Escola Estadual Antônio Francisco, de modo que o questionário estruturado foi um dos recursos utilizados como coleta de dados. Foram selecionados seis (06) professores, com intuito de investigar qual o conhecimento que esses professores tinham sobre a educação de surdos e quais metodologias eles usam no caso de haver alguma demanda na escola. O questionário foi entregue de forma presencial juntamente com o Termo de consentimento de Livre e Esclarecido.

3.2 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Felipe Guerra, interior do Rio Grande do Norte, Brasil. Localizada a Oeste do estado, sendo região intermediária e imediata da cidade de Mossoró, sua população é estimada em 6.009 habitantes, distribuídos em 268,591 km², de acordo com dados do IBGE (2021).

A pesquisa foi realizada especificamente na Escola Estadual Antônio Francisco, uma instituição pública que recebe alunos de nível fundamental e médio, que vão do 6º ao 9º do fundamental, e do 1º ao 3º do ensino médio, e foi escolhida por ter dois alunos surdos matriculados.

Figura 1: Escola Estadual Antônio Francisco.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/YJO8PWh76CPF1VOp8>. Acesso em: 02 fev. 2023.

3.3 Instrumento de coleta

Para levantar informações que questionem a problemática da pesquisa, foi elaborado um questionário estruturado, com roteiro constituído por dez (10) perguntas. Essas averiguam desde o nome e idade, até questões que abordam as dificuldades dos professores com relação às demandas que alicerçam o estudo. As perguntas foram entregues aos seis (06) professores de forma presencial, com data para recebimento dos dados. O principal objetivo com isso foi o de entender como caminha a interação do professor com aluno surdo em sala de aula; isto é, se eles têm conhecimento sobre como proporcionar metodologias adequadas que atendam às particularidades de cada estudante, entre outras questões.

A seguir, destaca-se um pequeno esboço do nosso roteiro do questionário.

Quadro 1: Roteiro de entrevista com professores.

Roteiro de entrevista com professores:

Nome:

Faixa etária:

Sexo:

Formação:

Quanto tempo de experiência profissional docente?

Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno?

Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos?

Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão?

Com relação às turmas, já teve algum que tenha percebido situações de exclusão?

A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão?

Fonte: dados do autor (2023).

3.4 Sujeitos da pesquisa

Para compor a análise dos dados, foram selecionados seis (06) professores que ministram aula na escola, e que em suas respectivas áreas sejam conteúdos com menor conhecimentos dos alunos surdos. A seguir, encontra-se uma planilha com dados dos profissionais da educação, que trabalham no local da pesquisa.

Quadro 2: Dados dos sujeitos da pesquisa.

SUJEITOS	SEXO	FAIXA ETÁRIA	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA
H1	MASCULINO	50	Graduado em ciências econômicas, licenciatura em letras; pedagogia.	20 anos
H2	FEMININO	29	Licenciatura em ciências biológicas.	3 anos
H3	MASCULINO	36	Licenciatura em ciências sociais.	12 anos
H4	FEMININO	35	Pedagogia	11 anos
H5	MASCULINO	39	Licenciatura plena em química.	16 anos
H6	FEMININO	24	Licenciatura em letras português e respectivas licenciaturas.	4 anos

Fonte: dados do autor (2023).

Todos os participantes da pesquisa têm formação de nível superior na área de educação, em uma faixa etária entre 24 e 50 anos, e 5 deles já ensinaram e/ou ensinam algum aluno surdo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa sessão, estão presentes os dados obtidos no questionário que foi aplicado na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra-RN, com total consentimento dos profissionais da educação, através da assinatura do Termo de consentimento de Livre e Esclarecido. Assim sendo, essa é a sessão em que serão apresentados os resultados da pesquisa.

4.1 Entrevistas

Para que a privacidade dos voluntários fosse mantida em devido sigilo, os profissionais entrevistados foram nomeados da seguinte forma: H1, H2, H3, H4, H5 e H6, de modo que a escolha da letra H se deu de forma aleatória. Sendo assim, como as questões pessoais de identificação foram ocultadas por questões de privacidade, então, estão transcritas apenas as informações que observam se os professores já tiveram algum contato com alunos surdos, e como esses alunos são acolhidos nas escolas e nas suas salas de aulas.

Dessa forma, a seguir, serão elencadas as respostas dos entrevistados.

4.1.1 Entrevistado H1

O entrevistado H1 tem 50 anos de idade, do sexo masculino. Sua formação é em graduação em ciências econômicas e licenciatura em letras; pedagogia, e já atua na área da educação há 20 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Sim! Falo diretamente para ele, de forma a utilizar as expressões gestuais (baixa audição).
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: Pouco. Paguei uma disciplina, mas perdi a prática.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: Sim. Apesar de que de forma insuficiente para suprir suas necessidades.

- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão?

Resposta: Colocar um intérprete de Libras, e um olhar mais sensível e direcionado a esses alunos.

- Pergunta - Com relação às turmas, já teve alguma que tenha percebido

situações de exclusão? Resposta: Não de forma muito intensa, mas, de forma sutil, para a própria condição do aluno.

- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos?

Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão? Resposta: Sim. Ao orientar um tratamento individualizado e diferenciado, não tenho informações sobre possíveis desistências.

4.1.2 Entrevistado H2

O entrevistado H2 tem 29 anos de idade, do sexo feminino, e sua formação é em licenciatura em ciências biológicas. Já atua na área da educação há 3 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Sim. Na verdade, não tenho conhecimento suficiente para aplicar uma metodologia mais adequada, então, tenho auxílio em sala de outros professores especializados.
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: Não.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: Sim, ainda com falhas, mas, buscando sempre melhorar e garantir uma melhor aprendizagem para o aluno.
- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão? Resposta: Metodologias para que o aluno se sinta incluído; conversas e orientações para acolhimento desses alunos e acompanhamento com professores especializados.
- Pergunta - Com relação às turmas, já teve alguma que tenha percebido situações de exclusão? Resposta: Em alguns momentos, sim, com “brincadeiras” que afetam o próximo. *Bullying* disfarçado.

- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão? Resposta: Sim. A busca ativa de alunos com baixa frequência; atividades de apoio; entre outros.

4.1.3 Entrevistado H3

O entrevistado H3 tem 36 anos de idade, do sexo masculino, e sua formação é em licenciatura em ciências sociais. Atua na área da educação há 12 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Estou ensinando atualmente e confesso que ainda estou em um processo de adaptação.
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: Estudei, mas, não tenho nenhum domínio.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: Devido à criação de políticas públicas de inclusão, a escola tem melhorado um pouco nesse processo de inclusão, mas, ainda existe um longo caminho a ser traçado.
- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão? Resposta: Acredito que um dos principais mecanismos tem sido o acompanhamento desses alunos com professores tutores. Esses professores têm melhor conhecimento e as ferramentas necessárias.
- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Houve desistência, qual seria a possível razão? Resposta: A equipe pedagógica tem tido essa preocupação sim; está cada vez mais envolvida na busca de profissionais mais especialistas para apoiar a esses alunos, porém, nem sempre o poder público providencia de acordo com a demanda da escola.

4.1.4 Entrevistado H4

O entrevistado H4 tem 35 anos de idade, do sexo feminino, sua formação é em pedagogia, e já atua na área da educação há 11 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Não.
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: Pouco conhecimento.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: Sim. O trabalho da nossa escola é pautado no princípio da promoção da igualdade de oportunidade, onde as diferenças humanas são valorizadas. Para tanto, há um espaço aberto ao diálogo e escutar os alunos. Ouvimos suas necessidades e lutamos para que todos se sintam parte integrante do processo. A escola trabalha com atendimento educacional especializado (AEE), onde o planejamento é realizado coletivamente com os professores, para que o processo de inclusão ocorra de fato. Além disso, atualmente, contamos com o auxílio de um profissional intérprete de libras, que atua na sala de aula, no horário regular das aulas. Essas são algumas ações voltadas para atender às necessidades dos alunos. Além disso, trabalhamos com a formação continuada, onde abordamos o estudo de temas voltados para a educação e inclusiva.
- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão? Resposta: Citamos como mecanismos adotados para promoção da inclusão na escola: conhecer as necessidades de cada aluno, através do diálogo com os familiares, professores e os próprios discentes, a fim de identificar suas reais necessidades; Avaliação, a observação, um olhar atento dos professores; planejamento coletivo com o professor da sala de AEE, encontros pedagógicos para troca de experiência entre os docentes e equipe pedagógica.
- Pergunta - Com relação às turmas, já teve alguma que tenha percebido situações de exclusão? Resposta: Sim, somos procurados por alguns alunos com relatos de exclusão. Nessas situações, promovemos visitas nas salas de aula, escuta ativa e diálogos com as turmas.

- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão? Resposta: Sim, contamos com um profissional que auxilia e apoia o aluno surdo na sala de aula, intérprete de libras. O trabalho com o atendimento educacional especializado (AEE) também contribui para evitar a evasão. Não temos casos de evasão com o público de alunos surdos.

4.1.5 Entrevistado H5

O entrevistado H5 tem 39 anos de idade, do sexo masculino. Sua formação é em licenciatura plena em química, e já atua na área da educação há 16 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Sim, no momento estou lecionando, e não tive nenhum preparo na minha formação para auxiliar esse público.
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: Não.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: Não, mas a escola está tentando melhorar sua estrutura física, com o intuito de atender esse público, de forma adequada. Vejo um grande avanço, mas ainda não é suficiente.
- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão? Resposta: Confesso que não uso muito, pois é algo novo para mim trabalhar com alunos surdos, mesmo tendo esse público nas escolas há anos.
- Pergunta - Com relação às turmas, já teve alguma que tenha percebido situações de exclusão? Resposta: Sim. É algo constrangedor para o aluno, e também para mim.
- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão? Resposta: Sim. Tem procurado mecanismos metodológicos como: Jogos, livros, monitores, para dar o suporte necessário para esse aluno.

4.1.6 Entrevistado H6

O entrevistado H6 tem 24 anos de idade, do sexo feminino. Sua formação é em licenciatura em letras português e suas respectivas literaturas, e já atua na área da educação há 5 anos. Suas respostas diante do questionário realizado foram as seguintes:

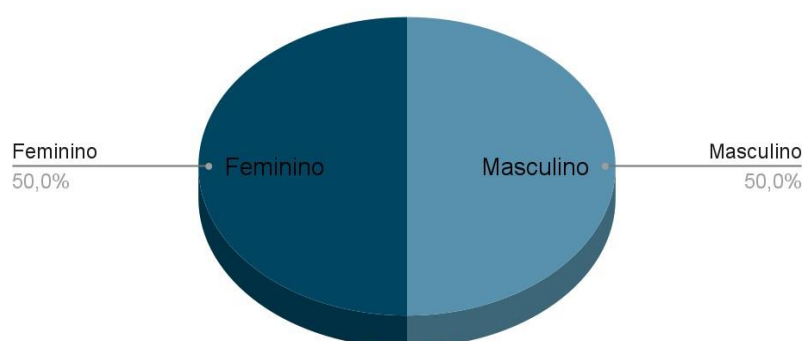
- Pergunta - Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno? Resposta: Sim. Apesar de falarmos de inclusão, não acho que a comunidade escolar esteja preparada para incluir os alunos com necessidades especiais.
- Pergunta - Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Resposta: O básico que foi ofertado durante a graduação.
- Pergunta - Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos? Resposta: A escola não consegue atender às necessidades dos alunos. Falta preparação e recursos.
- Pergunta - Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão? Resposta: As aulas não apresentam mecanismos visuais que facilitam a compreensão dos alunos.
- Pergunta - Com relação às turmas, já teve alguma que tenha percebido situações de exclusão? Resposta: Sim.
- Pergunta - A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão? Resposta: Por ser a única escola que oferta o ensino médio no município, e por não ter muitos alunos surdos, a comunidade escolar acaba se acomodando; isso também acontece por falta de preparação e formação adequada para propor, de fato, uma educação inclusiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado no decorrer do estudo, a pesquisa foi realizada com seis (06) professores, que ensinam desde o fundamental até o nível médio, por meio de questionários aplicados. Tal investigação nos permitiu compreender, através das respostas dos professores, como anda a educação de jovens surdos em um contexto escolar. Conforme podemos aferir no gráfico a seguir, três (03) dos profissionais entrevistados são do sexo masculino, e três (03) do sexo feminino.

Gráfico 1: Quantitativo dos Participantes.

Quantitativo dos Participantes



Fonte: dados do autor (2023).

Ao analisar o perfil dos participantes, podemos notar que há uma diferença de experiência profissional entre eles. Os três que pertencem ao sexo masculino possuem mais tempo lecionando: H1 tem 20 anos como educador; H3 tem 12; e H5 tem 16. Enquanto isso, os inquiridos do sexo feminino possuem menos tempo: H4 tem 11 anos de experiência; H6 tem 4 anos; e H2 tem 3 anos.

Gráfico 2: Faixa Etária e Tempo de Experiência.

Fonte: Dados do Autor (2023).

No questionário, as perguntas começam com os perfis dos profissionais, e suas formações. Nenhum deles possui algum tipo de formação continuada, que contribua para a melhor aprendizagem de alunos surdos. Na pergunta de número seis, foi questionado se os participantes já lecionaram algum aluno surdo, no que H1, H2, H3, H5 e H6 responderam que sim, já tiveram e ensinaram alunos surdos, e H4 não ensinou. Na mesma questão, é perguntado também quais metodologias e recursos os profissionais utilizavam para melhorar a transmissão de conhecimento.

Dos participantes, cinco deles responderam que não usam nenhuma metodologia específica para atender às necessidades desses alunos. Diante do exposto, percebe-se a falta de planejamento das aulas, levando em consideração a necessidade de adequação para o ensino de surdos.

Ainda com base nas respostas obtidas, fica nítida a falta de preocupação e preparo dos professores para o mínimo de oferta de ensino de qualidade para os alunos surdos, no que julgamos necessário a busca de novos métodos de ensino para que aprendizagem seja assegurada. Acreditamos, também, que tudo isso deve ser alinhado com o apoio pedagógico da escola, por meio de recursos e formações em áreas específicas

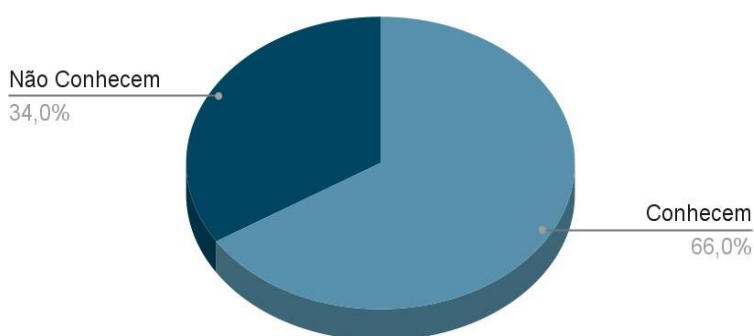
Sendo assim, compreendemos que o papel da Libras na formação de professores é o de não restringir os direitos essenciais dos alunos, resguardando o direito linguístico no ambiente escolar. Ao perguntar aos participantes se eles têm conhecimento na Língua Brasileira de Sinais, 4 deles afirmaram que têm pouco conhecimento, e que este foi adquirido na disciplina

ofertada nas suas graduações; outros 2 responderam que não possuíam nenhum conhecimento da língua.

Entendemos, assim, que a formação de professores em Língua Brasileira de Sinais é uma das ferramentas mais importantes para deixar o ambiente mais inclusivo para os surdos. Com ela, é possível trazer o aluno para a sala de aula de forma natural, de maneira que esse estudante possa interagir diretamente com o professor e com seus colegas.

Gráfico 3: Conhecimentos dos Participantes Sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Conhecimento dos Participantes sobre a LIBRAS



Fonte: Dados do Autor (2023).

Na questão número oito, foi perguntado para os participantes se eles acham a escola inclusiva, e se sentem que a instituição vem dando conta das necessidades desses alunos. Três deles responderam que sim, mas, ressaltam que essa inclusão caminha devagar e ainda tem muito a melhorar. H5 afirma que não, mas a escola está tentando melhorar, com intuito de atender esse público; H4 e H6 têm visões diferentes: H4 afirma que a escola é sim um ambiente inclusivo; já H6 possui uma ideia contraditória da de H4. Afirma que a escola não consegue atender às necessidades desses estudantes.

Pode-se intuir, a partir disso, que a maioria dos participantes percebem que a escola está ineficiente para atender às necessidades dos docentes surdos. Sobre isso, Leal (2018) afirma que:

A atividade docente ao longo do tempo foi marcada pela informalidade, era comum as pessoas de grande poder aquisitivo contratarem serviços de mestres, ou seja, pessoas que possuíam “dons para ensinar”, com o passar do tempo essa tarefa foi ganhando maior prestígio social e carecendo de maior especialidade, deixando de ser relegado aos “pseudo dotados” e buscando pessoas com um conjunto de habilidades inerentes ao exercício dessa profissão. (LEAL, 2018, p. 02).

A educação passou por muitas discussões no que concerne à formação docente e, atualmente, compreendemos que é necessário que o docente possua um conjunto de habilidades e competências com vistas a proporcionar uma educação mais inclusiva.

Segundo Sasaki (1998),

A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 08).

Na sequência, a nona questão abordou sobre quais os recursos utilizados em sala de aula. Em resposta, quatro dos participantes, H1, H2, H3 e H4, descrevem os recursos humanos – como é o caso do TILSP, professores do AEE e professores tutores – como ferramentas que melhoram a aprendizagem em sala de aula. Também, o uso de conversas e metodologias que acolham esses alunos; H5 deixa claro que não utiliza; H6 responde que as aulas não possuem recursos didáticos visuais que facilitem a compreensão.

Percebemos que as respostas não atenderam ao esperado; os participantes não mostraram preocupação para utilização de uma didática acessível, tão pouco apresentaram métodos de ensino que atendam às particularidades de cada indivíduo. [

De acordo com o Ministério da Educação (MEC):

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da Educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (BRASIL, 2005, p. 21).

A audição é um dos nossos cinco sentidos, que nos permite captar diversos sons, inclusive, o monitoramento acústico da fala. É um elemento crucial para a comunicação, pois, a partir da audição, podemos adquirir a linguagem e praticar a troca de informações.

Quando acontece a perda ou diminuição desse sentido, o indivíduo começa a captar o mundo por meio de outras experiências. Quando falamos de alfabetização, sabemos que é sempre um desafio a ser seguido; é importante o desenvolvimento da aquisição da linguagem nos anos iniciais. O professor entra com o papel de trazer metodologias que ajudem nesse desenvolvimento e, no caso da criança ouvinte, a captação dos sons e o convívio diário com a língua tornam esse aprendizado mais acessível. No que diz respeito à alfabetização de surdos, esse desafio se intensifica.

É fato que as comunidades escolares são escassas de profissionais especializados, então, torna-se uma grande barreira para o professor alfabetizar um aluno sem um conhecimento da sua língua materna, o que envolve aspectos cognitivos e culturais, tornando-se, assim, um processo bem complexo, e ocasionando problemas que esse aluno vai enfrentar no decorrer da escolarização, como a falta de interação, recursos e metodologias adequadas. Então, o primeiro passo para a escola e o professor buscar incluir esses alunos seria se adequar às necessidades deles, além de aprender a língua, especializar-se e rever suas práticas de ensino.

A questão seguinte aborda sobre a percepção ou não de algum tipo de exclusão nas turmas que lecionam/ram. Das respostas obtidas, apenas o participante H3 diz não ter presenciado, enquanto todos os outros responderam já ter presenciado situações de exclusão. Tais respostas já eram esperadas, pois é consensual a falta de conhecimento e empatia que os alunos têm em relação à pessoa com surdez; a desinformação ocasiona esse tipo de situação.

Outrossim, na questão onze, indagamos se a escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos, e se houve desistência, bem como buscamos descobrir qual a motivação para que isso ocorra. Segundo H1, H2, H3, H4 e H5, a escola tem buscado diminuir as evasões, citando uma melhora significativa quanto à atenção ofertada, ao uso de recursos humanos, como o TILPS, e recursos didáticos, como é o caso de jogos e atividades de apoio. Em contrapartida, H6 pontua que, com relação às evasões, os professores não possuem conhecimento de nenhum caso. Diante disso, notamos uma certa desinformação com relação à evasão de alunos surdos, porque é consenso da escola que já houve, em momentos anteriores, a desistência desses estudantes.

Por fim, percebemos, ao longo dessa pesquisa, alguns pontos importantes que requerem maior adequação pelo corpo docente e pela gestão escolar, a saber: a melhora na

promoção do diálogo e de maiores informações acerca dos dados da escola para com o corpo docente; a falta de um olhar mais cauteloso para com os alunos; não há relação entre educador e aluno, ou aluno e seus colegas, o que pode ser uma ferramenta de suma importância para evitar a exclusão, e isso é uma falha que parte da falta de formações continuadas envolvendo o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); e a promoção de metodologias de ensino que promovam uma educação mais inclusiva.

CONCLUSÃO

A pesquisa se propôs a analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra-RN. Conforme as informações obtidas por meio de questionários aplicados com profissionais da educação, podemos perceber que os professores não têm nenhum domínio sobre a LIBRAS, não fazem uso de metodologias específicas, e/ou de recursos visuais para atendimento ao discente Surdo. Sendo assim, julgamos que as práticas em sala de aula são pouco inclusivas, e que a escola e os profissionais não estão preparados para receber esses alunos.

Neste trabalho, alcançamos nosso objetivo de pesquisa ao investigar sobre o processo inclusivo do aluno surdo na escola. A partir dos dados coletados e das análises realizadas, concluímos que a inclusão de alunos surdos no ensino regular do município, ainda que seja assegurada por meio de políticas públicas, caminha devagar. Percebemos que a comunidade escolar necessita de formações continuadas, práticas inclusivas e, principalmente, formações que visem o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação para os docentes, corroborando para que tenhamos ambientes mais interativos e acolhedores para os surdos.

Portanto, é importante pontuar a necessidade de investimento na educação de surdos, sendo interessante que a escola se disponibilize a adquirir cursos de formação continuada, atendendo a pontos importantes da instituição, e a ampliar o currículo formativo dos professores, principalmente fazendo com que a comunidade escolar tenha um conhecimento mais abrangente sobre a comunidade surda e sua identidade. Compreendemos, ainda, que essa inclusão não é dever só da escola, mas, das autoridades maiores do nosso país e da sociedade como um todo. Vale salientar que a presente pesquisa não almeja esgotar a discussão na temática, mas ela vem trazer uma pequena contribuição para melhor compreensão desse estudo na região.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 14 nov. 2022.
- _____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 26 out. 2022.
- _____. **Lei nº14.191, de 3 de agosto de 2021.** 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE. **Política Nacional de Educação Especial:** Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.
- CAMPELLO, A. R. S. *et al.* **Carta aberta ao ministro da educação.** [S.I.): [s.n.], 2012.
- CARVALHO, A.P.P. de; LEVY, C.C.A.C. A história de surdos contada por ouvintes. In: Levy, C.C.A.C.; Simonetti, P. **O surdo em si maior.** São Paulo: Rosa, 1999.
- _____. **Congresso de Milão.** Realização de Professora. 2019. (1855 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/M2fLMko3ubU>. Acesso em: 23 out. 2022.
- DESLANDE, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, metodo e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- FREITAS, Karina. **Assembleia legislativa.** Dia internacional da linguagem de sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas->. Acesso em: 10 ago. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed., Editora: São Paulo, Atlas, 2008.
- GUEDES, Fernando Eustácio. **Tradução de provas para Libras em vídeo:** mapeamento das videoprovas brasileira de 2006 a 2019. Repositório.ufsc.br. 2020. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/o-processo-de-aprendizagem-alunos-surdos/>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- LEAL, Jéssica Girlaine Guimarães. Desafios na formação em letras libras: experiências na docência do estágio supervisionado em libras como l2 i. **Anais CONADIS.** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50621>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- LEAL, Jéssica Girlaine Guimarães. Análise da variação lexical dos topônimos em Libras no sertão paraibano. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2020.

MOURA, M. C. O surdo: caminhos para uma nova identidade Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

NOGUEIRA, A. S. & SILVA, I. R. A Construção das Identidades Surdas no Contexto da Clínica Fonoaudiológica. Revista Intercâmbio, São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN. volume XVII: 69-82, 2008.

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu; ABREU, Cristiana Silva de; BRAUNA, Mayara Priscila; OLIVEIRA, Neuzenir Silva de Abreu; OLIVEIRA, Santino de. Educação Especial: os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 18, 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/18/educacao-especial-os-desafios-da-inclusao-de-alunos-surdos-no-contexto-escolar>. Acesso em: 10 ago. 2023.

QUADROS, Ronice Müller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. **ETD Educação Temática Digital**, v. 10, n. 02, p. 169-185, 2009.

SASSAKI, Romeo Kazumi. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem**, Brasília, v. 34, nº 83, p. 29, 1998.

STREICHEN, Eliziane Manosso. **A história dos surdos no mundo**. 2019. (1013 min.), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/YCSygwZgLWc>. Acesso em: 23 out. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista com professores:

Nome:

Faixa etária:

Sexo:

Formação:

Quanto tempo de experiência profissional docente?

Já lecionou para algum aluno surdo? Se sim, quais metodologias e recursos você usa para dar uma boa educação a esse aluno?

Tem algum conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

Você acha que a escola é inclusiva? Sente que vem dando conta das necessidades desses alunos?

Quais os mecanismos aplicados em sala para promoção da inclusão?

Com relação às turmas, já teve algum que tenha percebido situações de exclusão?

A escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos? Quais? Se houvesse desistência, qual seria a possível razão?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a) Professor (a):

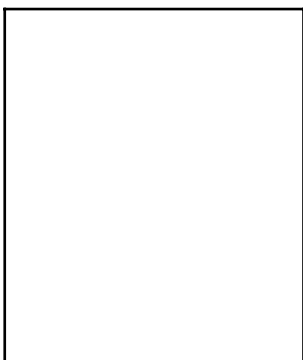
A presente pesquisa tem como título: **INCLUSÃO DA LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA-RN: RELATOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, sendo desenvolvida pelo pesquisador Jeferson Ferreira de Moraes, do Curso de Licenciatura Plena em Letras Libras, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, sob a orientação da Profa. Ma. Jéssica Girlaine Guimarães Leal.

Este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades dos profissionais da educação com relação ao ensino de alunos com deficiência no âmbito escolar. Para isso, solicitamos a sua colaboração para realização de entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados desse estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica (se for o caso). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considerem necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal.



Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Assinatura da Testemunha Contato do Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Jeferson Ferreira de Moraes, graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi Árido- UFERSA - Campus Caraúbas. Telefone: (84) 99835-4400
E-mail: jefersonmoraes967@gmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante